



Boletim Semanal

Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Quinta-feira • 03 de novembro • Ano V

PCS do Judiciário: todos à sessão do Conselho dia 08

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai apreciar o Projeto de Lei 5845/05, referente ao PCS dos servidores do Judiciário, em sessão extraordinária, na próxima terça-feira. O Sindjus está convocando os servidores para acompanhar a sessão.

A apreciação do projeto pelo conselho corresponde a uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma vez que o teor da LDO estabelece que os PLs referentes à criação de cargos e pagamento de pessoal do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) devem ser submetidos ao CNJ e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O presidente do CNJ, ministro Nelson Jobim, já afirmou que o parecer do Conselho

será opinativo e não condicionante para a apreciação do projeto e que levará em consideração apenas o ponto de vista técnico do tema. Apesar disso, o parecer do CNJ será fundamental para influenciar na decisão dos parlamentares sobre o PCS.

A diretoria do Sindjus pretende conversar, novamente, com todos os conselheiros para explicar a importância do projeto e a valorização do Judiciário com a aprovação do PCS.



Presença de servidores na sessão do dia 25 faz com que ministro convoque uma extraordinária

PCS do Judiciário:

Mobilização continua com presença de todos na Câmara dos Deputados, próximo dia 09

O Sindjus está convocando os servidores a comparecerem à sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, no plenário 12, às 9h30 do próximo dia 09 de Novembro. O objetivo é iniciar o processo de pressão junto aos parlamentares para acelerar a tramitação do Projeto de Lei (PL) 5845/05, referente ao PCS do Judiciário.

A participação dos servidores consiste na intensificação do trabalho que vem sendo feito no Congresso Nacional no sentido

de chamar a atenção dos deputados para a urgente necessidade de votação do Projeto de Lei nº 5845/05 e foi acordada durante ato público realizado no último dia 19, em frente ao Supremo Tribunal Federal.

A mobilização de todos será fundamental para legitimar esse trabalho junto aos parlamentares, uma vez que a presença do maior número possível de servidores, lotando os corredores do Congresso, certamente sensibilizará os deputados.

Portanto, é responsabilidade de todos

pressionar, conversar com os parlamentares, mostrar o valor do PCS para a valorização da categoria e pedir que o projeto seja aprovado imediatamente. Até porque, nesta data, o PL já terá sido apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dia: 09/11

Horário: 9h30

Local: Comissão de Trabalho, plenário 12 da Câmara dos Deputados

PCS do MPU: Sindjus discorda do PCS em cinco anos

Na última sexta-feira (28/10), o Sindjus esteve com o procurador-geral do MPDFT, Rogério Schiatti, que entregou ao sindicato minuta da proposta de PCS do MPU. A proposta deixou os representantes do sindicato indignados, porque apresenta dados que não correspondem à realidade, menciona limitações na Lei de Responsabilidade Fiscal baseadas em um impacto financeiro infundado e propõe o parcelamento do PCS em até cinco anos.

Além disso, este se tratou do único acesso ao texto do PCS, uma vez que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ainda não cumpriu o compromisso assumido com as entidades, de apresentar o projeto tão logo sua análise fosse concluída pela administração.

O sindicato, que ainda não conhecia a proposta, demonstrou revolta com os termos apresentados, uma vez que além de insatisfatória, a minuta se baseia em cálculos sobre o impacto orçamentário do PCS que não estão corretos. "Não podemos partir para uma negociação com a proposta de parcelamento do PCS em cinco anos", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

De acordo com a proposta do Procurador-Geral da República, o impacto orçamentário do PCS ultrapassaria o limite de 0,6% destinado ao MP, imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sindjus não concorda com esse argumento, que vai prejudicar os servidores, porque os números levantados pelo Ministério Público não correspondem aos

que o sindicato possui.

Na visão do Sindjus, mesmo o montante referente ao impacto financeiro apresentado pelo MPU - que é bem mais alto que o impacto real - seria possível ser encaixado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O procurador-geral da República precisa cumprir com o compromisso assumido, agendar a reunião com as entidades sindicais e discutir o texto do PCS, para que a proposta possa ser analisada o mais rapidamente possível pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Cabe a este órgão, apreciar a proposta antes de encaminhá-la ao Congresso, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Entidades analisam minuta nesta quinta-feira

As entidades representativas dos servidores se reúnem nesta quinta-feira (03/11) na sede do Sindjus, pela manhã, para analisar a minuta do PCS do MPU.

Pretendem avaliar os principais pontos propostos pelo MP, submetê-los à apreciação dos servidores e forçar a

realização de uma reunião, para que o texto do anteprojeto seja discutido com os servidores, antes de ser encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público - conforme as entidades solicitaram em ofício encaminhado ao PGR, na semana passada.

Assembléias setoriais

O Sindjus convoca os servidores do MPU para as assembléias setoriais que vão discutir o PCS do MPU, a serem realizadas nos seguintes locais e horários, a partir desta quinta-feira (03/11):

LOCAL	HORÁRIO	DIA
PRR	15h	Quinta-feira (03/11)
PRDF	17h	Quinta-feira (03/11)
MPDFT	15h	Sexta-feira (04/11)
PGR	13h30	Segunda-feira (07/11)
MPT/MPM	16h	Segunda-feira (07/11)